


INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DESP
Data	10/8/2000 Pg. 19
Class.	65

Para procurador, exploração de mogno explica resistência no PA

Segundo ele, fazendeiros e madeireiros não têm títulos de terra do Incra na área

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – O procurador da República em Belém, Felício Pontes Júnior, afirmou ontem que a exploração de mogno, madeira de maior cotação no mercado internacional, é o verdadeiro motivo da resistência de fazendeiros e madeireiros contra a demarcação da reserva indígena Baú, de 1,85 milhão de hectares, pertencente à tribo caiapó.

“Ninguém possui título de terra do Incra na área e todos são invasores”, disse Felício, explicando que o assentamento do Incra mais próximo – a gleba Curuá, onde estão os projetos Nova Fronteira e Santa Júlia – se situa a cerca de 200 quilômetros do local do conflito, no lado oeste da Reserva Baú.

Os fazendeiros reivindicam da Fundação Nacional do Índio (Funai) a permanência na

área de 600 mil hectares que o decreto do Ministério da Justiça considera parte da reserva indígena. “A Funai deveria ampliar a demarcação dos 600 mil hectares para o lado de Altamira, deixando tudo como está; assim, ninguém sairia perdendo”, sugeriu o diretor da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Wilson Schubert.

A diretora da Divisão de Cadastro do Incra em Belém, Maria Santana Tavares da Silva, informou ao Estado que os fazendeiros que ocupam a Reserva Baú deram entrada, em 1995, a um requerimento no órgão pedindo uma vistoria na área cuja posse é hoje por eles reivindicada. Em seguida, solicitaram uma declaração do Incra informando a existência do processo. “Os fazendeiros não sabiam se o processo seria aprovado, indeferido ou devolvido; o objetivo deles era apenas obter a declaração,” disse ela.

Com o documento em mãos, os fazendeiros conseguiram, num cartório em Mato Grosso, transformar a declaração do Incra numa escritura pública das terras.